



Algumas Considerações sobre o Desenvolvimento Regional

Nilton Marques de Oliveira

RESUMO:

Este artigo tem por objetivo revisitar alguns conceitos sobre o desenvolvimento regional. Utilizou-se de um ferramental metodológico exploratório, à guisa da literatura. Os principais resultados evidenciam que o desenvolvimento regional se dá de forma desigual no tempo e no espaço e, em pontos diferentes, com intensidades variáveis; expande-se por diversos canais e com efeitos sobre a economia local. A localização das atividades econômicas exerce, cada vez mais, influência determinante no desenvolvimento regional.

Palavras-Chave: desenvolvimento regional; polarização; base econômica; desigualdades regionais.

1 Introdução

Desenvolvimento regional compreende uma análise de fatores sociais e econômicos no interior de uma região, fatores esses que compõem a mobilidade espacial do capital, do trabalho e das inovações. Tais fatores, quando bem empregados em uma determinada região, podem reduzir ou acelerar as desigualdades regionais. O desenvolvimento regional constitui um processo de transformação social, econômico, cultural e político. Essas transformações são questões centrais para se entender a evolução da dinâmica dos setores produtivos de uma região.

Quando o desenvolvimento de uma região toma determinada direção, a cultura organizacional, os costumes e os modelos mentais do mundo social reforçam essa trajetória, ou seja, impulsionam esse desenvolvimento a mover-se numa mesma direção. North (1990) elucida que os modelos institucionais tendem a autoreforçar-se, mesmo quando são socialmente ineficientes. É mais fácil aos indivíduos adaptarem-se às regras já existentes do que tentar modificá-las. As instituições e as mudanças institucionais afetam a base produtiva de uma sociedade, ou seja, sua economia.

Nesse sentido o planejamento juntamente com as instituições podem estimular o incremento dos avanços tecnológicos empregados na constante capacitação dos recursos humanos na região, no aumento da demanda do comércio e serviços, na infraestrutura de transportes e de comunicações, na geração de emprego e renda e na organização dos produtores, o que induzirá melhora da qualidade de vida de sua população e,



consequentemente, da sua inserção nas relações econômicas, comerciais e sociais. Toda essa estratégia de planejamento e, de desenvolvimento está tacitamente enraizada nas instituições.

Revisitar algo significa tornar a ver algo que já se conhece e este é o caso do conceito de desenvolvimento regional que foi por diversos autores visitado. Assim, este ensaio tem por objetivo realizar uma revisão teórica sobre o conceito de desenvolvimento regional. Há de considerar que os estudos sobre o desenvolvimento regional devem ser analisados sobre os múltiplos olhares, como, por exemplo, quando se procuram compreender as relações entre espaços.

Este ensaio utiliza-se de um ferramental metodológico exploratório, à guisa da literatura, entendida como procedimento de reflexão e análise necessária para o entendimento do desenvolvimento regional.

Isto posto, este artigo está dividido em três seções, além desta introdução, a segunda apresenta a revisão das teorias que aborda as questões do desenvolvimento regional, incluindo a teoria dos lugares centrais, teoria da causação circular e efeito de encadeamento e a teoria da base econômica e as considerações finais sumarizam o artigo.

2. Desenvolvimento Regional

O interesse pelo desenvolvimento regional por meio do estudo da organização da sociedade em termos espaciais datam muito longe¹, embora nem todos os economistas lhes tenham atribuído a relevância merecida. Os estudos sistemáticos de base regional tiveram mais destaque no pós-guerra (1950). O debate nesse momento não se centrava mais no crescimento econômico, no PIB per capita, e sim voltava-se para um novo paradigma de qualidade de vida e bem-estar, esse novo debate assenta-se em conceitos de desenvolvimento de forma holística e não apenas de crescimento.

O desenvolvimento regional na acepção de Lopes (1984) será o fio condutor de orientação na necessidade de elaborar políticas e formular planos que as programem em suas

¹ Um precursor muito esquecido, segundo Lopes (1984) foi Richard Cantillon (1680-1734), economista, desenvolveu questões sobre a teoria econômica, como a do valor, preço, comércio entre as nações e sobre desenvolvimento.



devidas proporções, levando em consideração as características que as regiões se apresentam sejam elas subdesenvolvidas, deprimidas ou congestionadas².

Autores como Lopes (1984), Boisier (2000) e Furtado (2009) sugerem que o desenvolvimento regional seja impulsionado por uma política de Estado juntamente com a sociedade civil organizada, tendo o planejamento como elemento chave nas proposituras das políticas regionais de desenvolvimento, levando em conta sua especialidade geográfica, a pressão populacional sobre os recursos naturais, sua organização social, estruturas religiosas, mentais e culturais. Além disso, leva-se em conta seu processo histórico de produção e de consumo.

Atribui-se, assim, grande importância à autonomia na capacidade de decisão, sem a qual não pode haver uma autêntica política de desenvolvimento. E, como o principal centro de decisões é o Estado, atribui-se a ele um papel básico na consecução do desenvolvimento, mas, sobretudo, assevera Furtado, de que o desenvolvimento somente se realizará se forem criadas condições para uma participação ampla em seus frutos das massas urbanas e rurais (FURTADO, 2009).

Nessa mesma linha, Aydalot (1985) assegura que a abordagem do desenvolvimento regional deve ser realizada por estudos empíricos, a fim de identificar problemas específicos e diferenciados, exigindo, portanto, planejamento. A região tem se definido por sua estrutura econômica; ela se caracteriza pelo maior ou menor dinamismo de crescimento. Áreas dinâmicas tendem a atrair fatores de produção e a crescer ainda mais rapidamente, enquanto que regiões com problemas estruturais perdem populações e capitais (LOPES, 1984; FERRERA DE LIMA, 2010).

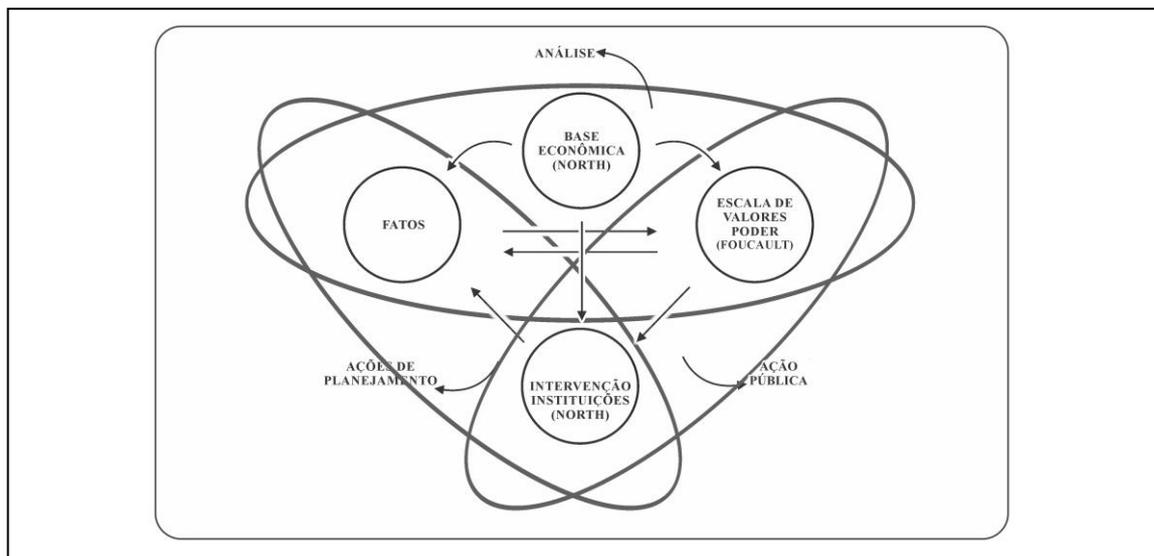
Lopes (1984) discute a problemática de conceituar e operacionalizar, as políticas de desenvolvimento regional. De natureza conceitual há três tipos de problemas a ser considerado: i) os da consideração da variável espaço; ii) os da interdependência regional e, iii) os da abordagem pluri-disciplinares. O planejamento surge como um conjunto de ações programadas no tempo em que se busca identificar os problemas regionais. Desse modo, na problemática do desenvolvimento regional a análise, a política e o planejamento deve ser bem

² Pode entender-se por subdesenvolvida a região que não criou meios que permitissem transformar as suas estruturas para participar nos processos modernos de desenvolvimento urbano-industrial. Região deprimida é aquela que já teve alguma transformação, mas por hora atravessa uma fase difícil de transformação. Regiões congestionadas são aquelas que estão saturadas na utilização de seus recursos, apresenta grau demais de elevada concentração urbano-industrial.

demarcadas, definidas, pois o planejamento quase tende a confundir-se com o desenvolvimento regional.

A Figura 1 descreve os caminhos do desenvolvimento regional. Ela contém o processo de elaboração por fases e com características de atividade cíclica e permanente. Esse processo exige a análise, intervenção por meio das instituições e avaliação para seleção das políticas que conduzem aos planos de políticas de desenvolvimento.

Figura 1 – A Problemática do Desenvolvimento Regional



Fonte: Lopes (1984), adaptado pelo autor.

As regiões novas crescem quando crescem as demandas das demais regiões pelos seus produtos, provenientes das empresas localizadas no seu território. Com isso, a integração de uma região só pode ser compreendida quando analisados o perfil e a difusão das atividades de base no espaço territorial, o que estimula a inserção da economia regional na economia nacional. North (1977a) discute que o desenvolvimento regional passa no primeiro momento pela base econômica. O crescimento de uma região decorre do aumento das atividades de base econômica e, conseqüentemente, da demanda por produtos que ela oferece para fora da região. Crescendo e expandindo as atividades de base, cresce toda a economia regional.

Entretanto, segundo Lopes (1984), o planejamento regional apresenta três tipos de limitações básicas: i) reduzido nível integração entre os atores institucionais que envolve o local e o setorial; ii) natureza técnica com reduzida flexibilidade dos planos regionais; iii)



delimitar a região prioritária. Essas limitações apresentadas por Lopes (1984) tendem a ser superadas na concepção de Boisier (1996, 2000), quando ele define que o desenvolvimento regional consiste em um processo de troca estrutural localizado (em âmbito territorial denominado região) que se associa a um permanente processo de progresso na própria região, na comunidade ou na sociedade onde habita seus cidadãos.

Boisier (2000) se depara também com a complexidade do conceito de desenvolvimento regional. Deve-se, portanto, combinar três dimensões: i) uma dimensão espacial, ii) uma dimensão social e, iii) uma dimensão individual. O sucesso da região deve ser entendido com uma transformação sistemática entre essas três dimensões.

Becker (2000, 2010) diz que o desenvolvimento regional contemporâneo passa por estes questionamentos: por que algumas regiões conseguem responder positiva e ativamente aos desafios regionais da globalização contemporânea, construindo seus modelos de desenvolvimento, e outras, não? Por que os processos regionais de desenvolvimento não são iguais dinamicamente e se diferenciam entre si?

A resposta estaria na seguinte pressuposição:

Teoricamente, entretanto, devemos partir do pressuposto de que o desenvolvimento capitalista é a própria contradição em processo, pois se move constantemente, em meio a contradições superadas, porém posta e resposta, continuamente, pelo próprio capital, através da negação das suas próprias determinações (BECKER, 2010, p. 38).

Em outras palavras, o capital nega a determinação humana do desenvolvimento, transformando o trabalho humano na mercadoria mão de obra; transformando a natureza em matéria prima, esta por sua vez, transforma em mercadoria, dinheiro, e dessa forma nega, a sua própria negação, ao transformar as mercadorias, em capital (BECKER, 2010).

Para Matos (2000), os modelos de desenvolvimento regional assentam em dois pilares: um funcional e outro territorial. No primeiro, o desenvolvimento é funcional, o seu motor é o progresso técnico e o território é considerado como o espaço onde a atividade econômica se desenvolve. No segundo o território é um elemento ativo que influencia o desenvolvimento da região. Nesta perspectiva, o desenvolvimento regional terá lugar devido a uma conjugação de



fatores internos³ (STÖHR, 1981) e de fatores externos⁴, (MARSHALL, 1961). Importante observar que os estudos das desigualdades regionais sempre fora assunto dos primeiros estudiosos da economia regional. A premissa de que o desenvolvimento não ocorre de forma homogênea entre as diferentes regiões era compartilhada por todos. No entanto, divergiam quanto aos efeitos da polarização.

Reigado (2000) advoga que a desigualdades regional é produto do mapa mental dos atores sociais e econômicos, isto é, a imagem subjetiva do conhecimento espacial como um fator importante na escolha da localização ótima não só pelos consumidores, mas também pelos produtores. Os agentes econômicos agem na fronteira da racionalidade econômica, pelo que as suas escolhas quase sempre se dão de forma probabilística.

A localização das atividades econômicas exerce, cada vez mais, uma influência determinante no desenvolvimento regional. Os modelos de localização foram iniciados por von Thünen, na Alemanha, em 1826, com seu estudo sobre produção agrícola. Von Thünen (1956), visando a explicar o padrão de localização da agricultura alemã, procurou demonstrar que essa decorria da combinação da produtividade física da terra com a distância aos mercados e os custos de transporte, que determinavam os anéis de especialização agrícola.

Dando sequência na revisão de literatura a seguir apresenta-se algumas considerações sobre a teoria dos lugares centrais, teoria da causação circular e efeito de encadeamento e por fim a teoria da base econômica.

2.1 Teoria dos Lugares Centrais

A região, no sentido geográfico, é composta por aglomerações, ou seja, é uma organização espacial que possui aglomerações humanas em um espaço limitado e que demandam por atividades especializadas. Na região, cada aglomeração tem características próprias, formas de vida diferenciadas, em função do grau de urbanização, da infraestrutura e das atividades ali desenvolvidas, sejam elas nos setores primário, secundário ou terciário (SINGER, 1990).

³ Os fatores internos ou endôgenos referem-se à capacidade de organização local definido como capital social que é um dos elementos que compõe o desenvolvimento regional.

⁴ Os fatores externos que geram externalidades positivas são: i) a possibilidade de uma atividade produtiva obter mão de obra especializada e a um menor custo em regiões que haja concentração de outras atividades; ii) a compra de matérias primas poderá ser facilitada pela proximidade com os fornecedores; e, iii) localizar-se próximo a outras atividades facilitaria a dispersão de informações.



Já para Breitbach (1988), a região representa a localização específica de atividades produtivas e características geográficas. Porém, a caracterização de região muda conforme as especificidades da sua territorialidade e os critérios de classificação do pesquisador.

Dessa forma, as cidades procuram se organizar em redes de forma que a soma das transações efetuadas pelos diversos agentes, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, possam fluir com certa intensidade para que o excedente possa ser oferecido para outras cidades ou regiões. O grau de intensidade dessas ações é que irá determinar a centralidade de um município em relação aos outros (SINGER, 1990). Nesse sentido, a integração torna-se uma das prerrogativas para se estabelecerem externalidades positivas na organização em rede e auferir um maior grau de cooperação entre as municipalidades.

Isso envolve desde uma boa governança até um perfil mais equitativo na distribuição e nas inter-relações produtivas no espaço regional (FERRERA DE LIMA, 2010). Para analisar as inter-relações entre os espaços urbanos e sua área de influência, surgiu a teoria dos lugares centrais.

A teoria do lugares centrais afirma que o desenvolvimento e o crescimento das áreas urbanas dependem do tipo de serviço fornecido ao seu entorno, ou seja, as áreas de mercado de cada aglomeração urbana. A partir das áreas de influência, estabelece-se a hierarquia das aglomerações no espaço regional. Ou seja, quanto maior a centralidade, maior a área de influência e mais aglomerações na “órbita” de um centro (CHRISTALLER, 1966).

A centralidade, além de demonstrar a organização e hierarquização do espaço, também apresenta o padrão de formação da rede de cidades e o papel da especialização de cada uma delas nessa rede. A especialização em diversas atividades é o que determinará o crescimento e desenvolvimento como um centro ou uma centralidade. Quanto maior a área de influência de uma aglomeração, maior a sua polarização. Nesse caso, a densidade tem um papel preponderante para determinar a polarização.

Em geral, o avanço dos lugares centrais ou polos dependerá da densidade, seja ela populacional, de nível de renda e do número de atividades produtivas, em particular do setor terciário. Como o setor terciário depende dos dois primeiros elementos, seu crescimento é um indicador natural da capacidade de polarização dos centros urbanos. No caso, o setor terciário compõe as funções do lugar central, quais sejam: diversos tipos de comércio e serviços, desde serviços públicos, financeiros e bancários, especializados, grandes ou pequenos, religiosos e espirituais, de ensino em todos os níveis culturais, serviços de saúde, entre outros.



Os bens e serviços poderão ser consumidos por qualquer um, seja do lugar central ou de regiões complementares, só que o custo geral para obtenção desses serviços não será igual para todos, justamente pelo fator transporte e fricção espacial (tempo e restrições de deslocamento). Isso reflete em território distante em que os bens e serviços se torna uma restrição ao consumo e à mobilidade da força de trabalho, implicando num maior custo de transferência para o mercado de polo mais diversificado, os quais são de economia de urbanização.

2.2 Teoria da Causação Circular e Efeito de Encadeamento

O processo de desenvolvimento regional, independentemente dos fatores ou paradigmas em que se alicerça, não é uniforme em todos os lugares. Por sua vez, as regiões com maior capacidade de inovar e melhor dotadas de capital humano e de recursos naturais têm um desenvolvimento mais rápido destacando-se como centros e as restantes como periferia. Myrdal (1968), Perroux (1955; 1977), Hirschman (1958) e North (1977a; 1977b) destacam que há desequilíbrios crescentes entre regiões e uma das alternativas de romper esse desequilíbrio é pela inovação e pela base de exportação para romper esse ciclo vicioso.

Hirschman (1958) analisou as diferenças regionais a partir do investimento e do crescimento de algumas indústrias, como resultado natural do crescimento econômico, pois os resultados da instalação de uma indústria não conseguem atingir todo o país. No entanto seria natural que regiões próximas dessas indústrias fossem mais desenvolvidas que as outras.

A indústria é, por muitos, considerada o setor dinâmico por excelência já que exerce fortes efeitos denominados *linkages* sobre as demais atividades, foi Hirschman (1958) que descreveu o crescimento desequilibrado, encadeamentos para frente, e para trás (*backward and forward linkages*), sendo exercidos a jusante e a montante dessas atividades.

A dinâmica pressupõe um estado de desequilíbrio, movimento e mudança que faz com que a economia cresça ao longo do tempo. Ela envolve a condição e o movimento de uma economia que está em processo de transformação. Essa transformação pode ser impulsionada pelo progresso e avanço de um setor ou ramo de atividades por meio de sua capacidade de influenciar os outros. Isso pressupõe que o processo de desenvolvimento regional se faz numa série de desequilíbrios (HIRSCHMAN, 1958).



Myrdal (1968) contestou os efeitos benéficos do crescimento polarizado, dizendo que os efeitos positivos são anulados pelos efeitos negativos. A atração dos recursos produtivos em favor do polo atuaria no sentido do desequilíbrio, favorecendo as regiões mais ricas em detrimento das mais pobres.

É nesse contexto que Myrdal (1968) introduz o princípio da cumulatividade dos efeitos ou causas na concentração geográfica das atividades produtivas. Assim, a localização de uma nova atividade econômica tende a levar ao aumento do emprego e da população que, por sua vez atrairia novas atividades se, entretanto, fosse formado um mercado consumidor.

Matos (2000) comenta que a dinâmica do crescimento regional é analisada, muitas vezes, recorrendo às teorias e aos modelos explicativos derivados do corpo teórico mais geral da economia regional. Os modelos elaborados, muitas vezes, são levados para o todo nacional, ignorando na maioria das vezes, as particularidades de cada região. Sabe-se que o crescimento equilibrado de toda economia nacional (formada por várias regiões) é extremamente difícil de atingir.

A abordagem cumulativa dos efeitos ou causas⁵ possibilitou a Myrdal (1968) integrar, de forma sistemática, os problemas de escolha ótima da localização com os problemas do desenvolvimento regional. Myrdal (1968) afirma que dotar a região com infraestrutura, empresas públicas, serviços básicos de educação e saúde resultam num aumento das receitas fiscais, o que leva a uma melhoria no ambiente empresarial na região/local. Essa teoria é; contudo, uma das poucas do desenvolvimento regional em que o sistema econômico é abordado de forma dinâmica.

Essa abordagem envolve simultaneamente os problemas de localização e dos da teoria do desenvolvimento regional. Ela parte do princípio de que a escolha da localização e o desenvolvimento econômico, na ótica regional e mundial, só podem ser explicados por meio da mobilidade espacial do capital (SANTOS, 1994; BECKER, 2000, 2010).

As regiões apresentam grandes desigualdades econômicas e sociais, ou seja, certas regiões têm características que lhes permite criar uma organização desigual do espaço, como explica Matos (2000), o poder dominante das grandes unidades (teorias dos polos de crescimento); o caráter cumulativo dos mecanismos de crescimento (teoria da causalidade

⁵ Os efeitos e causa Myrdal chamou de *spread e backwash*. Os *spread effects* são efeitos cumulativos Inter-regionais positivos com origem na região e que se ramificam para o resto do país. Os *backwash effects* são efeitos cumulativos inter-regionais negativos para o resto do país devido à atração dos fatores para a região.



circular de Myrdal); a lógica do capital (teoria do imperialismo); a ação das forças que retardam ou anulam a convergência (teoria centro-periferia); as tendências de especialização hierarquizada dos espaços (teoria da divisão espacial do Trabalho). Assim, segundo Aydalot (1985, p. 12), “[...] o espaço não é mais, como para os neoclássicos, um elemento a integrar, igualizar e uniformizar, mas, pelo contrário, ele é a base da desigualdade técnica, econômica e social”.

Na concepção de Piffer et al (2007), o desenvolvimento de uma região passa necessariamente pela análise das questões suscitadas pelas narrativas identitárias regionais e suas implicações com a chamada identidade cultural, naturalização da identidade frente à globalização. A região é o último recurso de estabilidade e de reconhecimento no desenvolvimento regional. Dessa forma, são necessárias a discussão e a análise da identidade regional sob a ótica da diferença, da alteridade (outro) o estranho em um mundo globalizado e marcado pela ordem hegemônica.

Faz-se importante ressaltar a afirmação de Piffer et al. (2007), destacando que o processo de desenvolvimento regional não deve ser realizado exclusivamente para o mercado, mas para a população e suas comunidades. Essa falta de interação entre o capital social não é boa para a região. O desenvolvimento deve ser visto como um processo endógeno movido pelo capital social e suas interações. Por meio da cooperação e da interação, as atividades econômicas podem ser estimuladas, as cadeias produtivas complementadas, novos sistemas produtivos criados e, com isso, induzir o desenvolvimento regional.

2.3 A Teoria da Base Econômica

A Teoria da Base Econômica teve como pioneiro os trabalhos de North (1977a) para explicar como se dá o processo de desenvolvimento econômico via base econômica das atividades produtivas. Esse estudo é considerado o primeiro a dar uma formulação do conceito de base aplicado ao contexto regional.

Esta teoria possibilita a forma mais simples de modelo de renda regional, sendo que a sua importância está no fato de que serve como estrutura teórica para estudos empíricos de regiões (RICHARDSON, 1975). A teoria da base econômica explica essas relações inter-regionais que envolvem o fluxo de mercadorias, de pessoas e de serviços, bem como avalia as implicações desses fluxos entre a região e o restante da economia mundial.



Partindo da teoria da base econômica, Schwartzman (1975) explica que o desenvolvimento de uma região depende do dinamismo dessa base e da sua difusão para o resto da economia regional, ou seja, deve apresentar duas condições necessárias para o desenvolvimento: 1) manutenção do dinamismo do produto de exportação; 2) a difusão do dinamismo para outros setores da econômica.

A primeira condição é ter um crescimento da renda real de uma economia para se ter desenvolvimento econômico. Sendo assim, é necessário que a venda dos produtos de exportação esteja crescendo a uma taxa expressiva para que condições necessárias ao desenvolvimento sejam criadas na região.

Na segunda, a difusão ocorre quando o produto de exportação desenvolve outros setores da economia e, para que isso aconteça, é necessário que outras atividades produtivas surjam, que a distribuição de renda atinja um número elevado de pessoas e que surjam outras bases de exportações.

Para manter o dinamismo dos produtos de exportação, dois fatores são importantes: 1) a elasticidade-renda da demanda que determina a possibilidade da região manter o seu dinamismo por meio de um só produto de exportação, ou seja, tendo o produto uma baixa elasticidade-renda, não haverá uma tendência para o aumento de suas vendas à medida que as regiões importadoras se desenvolvem; 2) custo do produto de exportação, a redução do custo do produto fará com que haja um aumento da sua capacidade competitiva; portanto, deve melhorar a rede de transporte e/ou pelo aumento da produtividade através dos fatores de produção.

Schwartzman (1975) também considera quatro variáveis estratégicas para o desenvolvimento regional:

- 1) a propensão a importar contida na análise do multiplicador, a qual depende da função de produção do produto de exportação, da distribuição de renda e das características tecnológicas da base ao requerer mais ou menos insumos que podem ser produzidos na região a preços competitivos;
- 2) a propensão a consumir e a poupar, que também será influenciada pela função de produção, via distribuição de renda;
- 3) os custos de transferência;
- 4) as variações na produtividade, que constituem os fatores que influenciam o custo de produção da base e são influenciadas pelas variações tecnológicas e pelos fluxos de fatores de produção escassos que a região consegue atrair.



A atividade total de uma região apresenta uma dicotomia bastante nítida, constando, de um lado as atividades básicas (exportação) e, do outro, as atividades locais (mercado interno). Na concepção de North (1977b), a região só se desenvolve a partir da sua base exportadora e ambiente institucional⁶ para fortalecer essa base. As rendas geradas pela procura externa de bens e de serviços impulsionam as atividades locais e diminuem os custos de transação. Esse conceito de base econômica ou de exportação pode ser empregado para a análise tanto de regiões como de setores ou de ramos de atividades urbanas.

Esses fatores condicionam a capacidade de uma região a se desenvolver a partir de uma base econômica. A base econômica pode condicionar a capacidade do Estado a se desenvolver e engatar os pequenos municípios que estão fora do núcleo do centro dinâmico de base diversificada. Quando bem empregada as ações, poderão influenciar no processo de desenvolvimento regional, atuando efetivamente com políticas públicas do Governo Federal, Estadual e Municipal, incentivando a interação setorial, sua inovação, principalmente com financiamentos e concessão de crédito, além de outras políticas, tais como construção e melhoria da rede de transporte, melhoria dos pequenos corredores estaduais e municipais, telecomunicações, políticas agroindustriais, dentre varias outras.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste ensaio foi revisitar os conceitos sobre o desenvolvimento regional. Este, como foi visto, constitui um processo de transformação social, econômico, cultural e político. Essas transformações são questões centrais para entender a evolução da dinâmica dos setores produtivos de uma região.

Neste sentido, a região e o processo de desenvolvimento que tomam o espaço não podem ser vistos como um substrato neutro, mas como uma expressão da realidade social, com sua particularidade histórica, seu pertencimento e sua identidade local. Deve-se reconhecer seu caráter histórico e mutável, pelo fato de que, em seu interior, vai-se constituindo uma unidade econômica, um todo econômico orgânico que representa uma categoria separada, qualitativamente diferente das outras regiões. A região é, pois, forma e

⁶ Sobre ambiente institucional, segundo North (1991; 1994) ocupa um lugar central na análise do processo de desenvolvimento regional, porque define as relações em que funciona a economia e promove a interação entre as pessoas definindo a maneira como a sociedade se evoluiu no tempo e no espaço.



conteúdo. De uma só vez, um conjunto orgânico de relações sociais e uma porção do espaço construído e utilizado pela sociedade humana que o ocupa no seu processo de desenvolvimento regional.

Sobre as abordagens do conceito de desenvolvimento, ora aqui discutido, pode-se observar a dificuldade de uma definição extensa do termo desenvolvimento regional, pois esta abarca uma dimensão no seu conceito, seja ela no processo de contradição, histórico e social.

Alguns definem que o desenvolvimento regional é um processo histórico, que é desigual no tempo e no espaço, outros dizem que este pode apresentar, de forma concentrada, formando os polos de crescimentos, pois a dinâmica de capital tende a atrair fatores de produção crescendo mais rapidamente, enquanto que regiões com problemas estruturais perdem populações e capitais. Logo, o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo, mas aparece com intensidades variáveis, em pontos diferentes e propaga-se no conjunto da economia, criando, assim, as chamadas desigualdades regionais.

Nesta linha de pensamento entra a discussão do planejamento como uma pré-condição de ações programadas no tempo em que se busca identificar os problemas e, desta forma, promover o desenvolvimento regional.

Enfim, o desenvolvimento regional de uma região ou local passa necessariamente pela análise das questões suscitadas pelas narrativas identitárias regionais e suas implicações com a chamada identidade cultural, naturalização da identidade frente à globalização, ou seja, o processo de desenvolvimento regional, independentemente dos fatores ou paradigmas em que se alicerça, não é uniforme em todos os lugares.

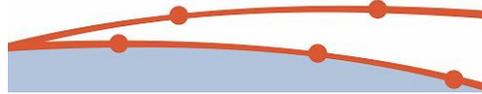
REFERÊNCIAS

AYDALOT, P. **Économie régionale et urbaine**. Paris: Econômica, 1985.

BECKER, D.F. Necessidades e Finalidades dos Projetos Regionais de Desenvolvimento Local. In: BECKER, D.F.; BANDIERA, P.S. (Orgs.) **Desenvolvimento Local-Regional: Determinantes e desafios contemporâneos**, v. 1. Santa Cruz: Edunisc, 2000.

_____. A Economia Política do (Des)envolvimento Regional Contemporâneo. In: BECKER, D.F.; WITTMANN, M. L. (Orgs.) **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. 2. ed. Santa Cruz: Edunisc, 2010.

BOISIER, S., Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 13, p. 111-143, jun. 1996.



_____. Desarrollo (Local): ¿ de qué estamos hablando? In: BECKER, D.F.; BANDIERA, P.S. (Orgs.) **Desenvolvimento Local-Regional: Determinantes e desafios contemporâneos**, v. 1. Santa Cruz: Edunisc, 2000.

BREITBACH, Á. C. M. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.

CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

FERRERA DE LIMA, J. **La Diffusion Spatiale du Développement Économique Regional : L'analyse des composantes du changement spatial dans la région Sud du Brésil**. Sarrebruck: Éditions universitaires européennes, 2010. v. 01. 179p.

FURTADO C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado, 2009, 234p.

HIRSCHMAN, A. O. Interregional and International transmission of economic growth. In: **The strategy of economic development**. Tradução Rui Cesar dos Santos. New Haven, Yale University Press, 1958, p. 183-201.

LOPES, A.S. **Desenvolvimento Regional: problemática, teoria e modelos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2. ed. 1984, p. 2-35.

MARSHALL, A. **Principles of Economics**, 8. ed. Londres, 1961.

MATOS, A. de J. F. de. **Ordenamento territorial e desenvolvimento regional**. 2000. 408p. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2000.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

NORTH, D.C. A agricultura no crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR/CETEDRE – MINTER, p. 333-343, 1977a.

_____. Teoria da localização e crescimento regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.) **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR/CETEDRE – MINTER, p. 291-314, 1977b.

_____. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: University Press, 1990.

PERRUX, F. *Note sur la notion de pôle de croissance*. Tradução com permissão da **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Economie appliquée, 1955.

_____. O Conceito de Polos de Crescimento. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Economia Regional: Textos Escolhidos**. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977.



PIFFER, M. et al. **Desenvolvimento regional do Oeste Paranaense a partir do capital social.** [s.l.], 2007. Disponível em: <
<http://www.capitalsociaisul.com.br/capitalsociaisul/desenvolvimentoregional/Grupo%203/14.pdf>. Acesso em: 25.07. 2016.

REIGADO, F. M. **Desenvolvimento e planejamento regional** – Uma Abordagem Sistêmica. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

RICHARDSON, H. W. **Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SANTOS, M. **Território: Globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

SCHWARTZMAN, J. A teoria da base de exportação e o desenvolvimento regional. In: HADDAD, Paulo R. **Desequilíbrios regionais e descentralização industrial.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

SINGER, P. I., **Economia política de urbanização.** 12. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

STÖHR, W.B. Development from below: the bottom-up and periphery – inward development paradigm. In: STÖHR, W.B; FRASER, T, D. R. (Org). **Development from above or below? The Dialectics of Regional Planning in Developing Countries.** J. Wiley & Sons, Ltd, Chischester, 1981.

VON THÜNEN, J. H. **The isolated state.** Oxford: Pergamom Press, 1966.